

Venezuela no tabuleiro geoeconômico EUA-China

» ALEXANDRE RAMOS COELHO
Professor e coordenador dos cursos de pós-graduação em política e relações internacionais e do MBA em geopolítica da transição energética, ambos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)



A captura de Nicolás Maduro, combinada ao cerco naval e à quarentena petrolífera impostos pelos Estados Unidos sob Donald Trump, não representa apenas uma ruptura política na Venezuela. Trata-se da incorporação deliberada de uma nova arma geoeconômica ao arsenal americano, ao subordinar o petróleo venezuelano à esfera de controle de Washington como instrumento de coerção direta contra a China. Em paralelo, Pequim utiliza o controle das exportações de terras raras e minerais críticos como alavanca central de poder econômico, tecnológico e militar. A crise venezuelana consolida, assim, a energia como eixo estruturante da rivalidade sistêmica entre grandes potências.

A centralidade da Venezuela decorre de um dado amplamente reconhecido: o país detém as maiores reservas provadas de petróleo do mundo, estimadas em cerca de 303 bilhões de barris — aproximadamente 17% do total global —, superando inclusive a Arábia Saudita. Ainda que a produção atual permaneça severamente limitada, o valor estratégico não reside no fluxo presente, mas no controle político e geoeconômico sobre o potencial futuro dessas reservas, em um sistema internacional marcado pela crescente instrumentalização dos fluxos energéticos como instrumento de poder.

A estratégia americana deve ser compreendida à luz da transformação dos Estados Unidos em



Doutrina Monroe ainda vive: o Corolário Trump

» RICARDO LEÃES
Professor de relações internacionais, pesquisador do Departamento de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul

As cenas da operação militar dos Estados Unidos na Venezuela, na madrugada do dia 2 para 3 de janeiro, são impactantes: bombardeios seletivos e o sequestro de Nicolás Maduro — agora ex-presidente do país — e de sua esposa, Cilia Flores. Mais do que uma ação com o objetivo de apropriar-se dos recursos petrolíferos venezuelanos, a iniciativa revela algo maior: o retorno declarado da Doutrina Monroe na América Latina.

A Doutrina Monroe é um conjunto de princípios estabelecidos em 1823 por James Monroe, então presidente dos Estados Unidos. À época, os países latino-americanos lutavam por sua independência, mas enfrentavam a resistência dos europeus, que buscavam retomar a colonização da região. Diante disso, Monroe bradou "Américas para os americanos", rejeitando o retorno do colonialismo europeu e defendendo a independência das novas repúblicas.

Com o passar do tempo, entretanto, os ditames da Doutrina Monroe ficaram claros: em vez de configurar um fundamento de respeito à soberania e à liberdade das nações latino-americanas, tratava-se de uma estratégia de dominação estadunidense sobre o subcontinente. "Americanos", para James Monroe, eram os nascidos nos Estados Unidos — e

não todos os habitantes das Américas.

A partir da virada do século 19 para o século 20, a Doutrina Monroe ganhou uma nova coloração, com o surgimento do Corolário Roosevelt, que delineou a estratégia imperialista dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental. Doravante, países que descomprissem normas e regras de Washington poderiam sofrer intervenções militares, como de fato ocorreu em inúmeras oportunidades.

Posteriormente, o surgimento dos movimentos nacionalistas e socialistas na América Latina passou a ser visto como a maior ameaça ao domínio estadunidense na região, colocando em risco a Doutrina Monroe. Por conta disso, além de realizar pressão econômica e militar e financiar golpes de Estado, Washington buscou criar mecanismos institucionais para afiançar sua hegemonia.

Nesse sentido, sucessivos presidentes estadunidenses aprenderam que poderiam exercer seu domínio sobre a América Latina de forma indireta, apenas recorrendo à violência em situações limite. Nos demais casos, iniciativas de cooptação de elites locais eram a preferência para assegurar que os latino-americanos não desafiassem Washington.

O segundo mandato de Donald Trump, porém, representa um ponto de inflexão nessa história. O republicano não somente tem defendido o retorno da Doutrina Monroe, como apregoou a criação de outra estratégia: o Corolário Trump. Com efeito, esse plano está sinalizado na Estratégia Nacional de Segurança (2025), documento que indica as preferências de política externa da atual administração.

Ao longo do texto, afirma-se que a prioridade dos Estados Unidos será o Hemisfério Ocidental, um eufemismo para referir-se à América Latina. Além disso, anuncia-se que a região deve ficar livre

um petro-Estado com capacidade geoeconômica ofensiva. A revolução do shale oil converteu o país no maior produtor mundial, alterando profundamente seus incentivos de política externa. Ao deixar de ser um grande importador líquido, Washington perdeu parte do interesse histórico em sustentar a estabilidade do sistema energético global e ganhou margem para empregar o petróleo como instrumento de coerção, ao lado de sanções, tarifas e controles de exportação. A energia passa, assim, a integrar explicitamente a arquitetura da segurança nacional americana.

A incorporação do petróleo venezuelano a essa lógica é funcional. O petróleo extraído nos Estados Unidos é majoritariamente muito leve, enquanto parte relevante do parque de refino americano e internacional opera de forma mais eficiente com petróleos de densidade intermediária. O petróleo venezuelano, mais pesado, permite misturas que tornam o petróleo americano mais competitivo e exportável, inclusive para mercados estratégicos, como o europeu. O controle direto ou indireto dessas reservas mitiga esse gargalo sistêmico e limita o acesso de rivais estratégicos a um recurso energético crítico.

É nesse ponto que a crise venezuelana afeta de modo particularmente sensível a China. O país consome cerca de 16 milhões de barris diários de petróleo e combustíveis líquidos, mas produz pouco mais de 4 milhões de barris por dia, o que o torna fortemente dependente de importações. Durante anos, a Venezuela ocupou papel relevante nesse arranjo, não apenas como fornecedora, mas como plataforma financeira e geopolítica, por meio de joint-ventures entre a PDVSA e empresas estatais chinesas. A captura de Maduro e a revisão desses contratos fragilizam esse eixo energético-financeiro, expondo empresas chinesas a riscos jurídicos e renegociações sob influência americana.

A resposta de Washington insere-se em uma lógica de retaliação geoeconômica cruzada.

Enquanto a China exerce poder ao controlar etapas críticas da cadeia global de terras raras — insumos indispensáveis para semicondutores, sistemas de defesa, baterias e tecnologias avançadas —, os Estados Unidos passam a instrumentalizar o petróleo como contrapeso estratégico equivalente. O domínio sobre as maiores reservas provadas do mundo permite a Washington influenciar preços, fluxos e contratos de longo prazo, explorando a vulnerabilidade energética chinesa.

A China, contudo, não está imobilizada. Sua estratégia baseia-se na diversificação de fornecedores, ampliando compras do Oriente Médio, da África, da Rússia e, de forma crescente, do Brasil. Essa diversificação reduz o risco de interrupção absoluta, mas implica custos mais elevados, rotas logísticas mais longas e menor previsibilidade, afetando a eficiência econômica e ampliando a exposição a choques geopolíticos.

Os efeitos colaterais se espalham pelo sistema internacional. A União Europeia, já mais dependente da energia americana desde a guerra da Ucrânia, torna-se ainda mais vulnerável à influência energética de Washington. A Rússia perde um parceiro estratégico no hemisfério ocidental, enfraquecendo a triangulação Moscou-Pequim-Caracas. O Brasil ganha espaço como fornecedor alternativo, mas se vê progressivamente inserido em um tabuleiro no qual energia, minerais críticos e política externa tornam-se inseparáveis.

A crise venezuelana antecipa, portanto, o padrão dos conflitos do século 21: a combinação entre ações de força e o uso coordenado de instrumentos econômicos voltados à segurança energética, à logística e às finanças. A transição de uma ordem baseada em regras para uma ordem baseada em poder não elimina o território, mas amplia o seu significado, fazendo do controle sobre recursos energéticos — simbolizado pelo baril de petróleo — um elemento central da soberania em disputa.

O mundo acelera com energias renováveis. E o Brasil pode ir além

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia



A renomada revista *Science* escolheu como Avanço em Destaque do Ano de 2025 um acontecimento que, até pouco tempo atrás, parecia improvável: o crescimento acelerado das energias renováveis — especialmente solar e eólica —, a ponto de superarem o carvão mineral na geração global de eletricidade. Não se trata de uma descoberta científica pontual, mas de uma mudança concreta e mensurável na forma como o mundo produz e consome energia.

Esse reconhecimento é importante por duas razões. A primeira é que as energias renováveis deixaram de ser alternativas marginais e passaram a ocupar o centro da expansão do setor elétrico. A segunda é que, pela primeira vez desde a Revolução Industrial, o aumento da demanda por eletricidade está sendo atendido, em grande parte, por fontes de baixo carbono, freando o crescimento das emissões.

Essa virada não aconteceu por acaso. Ela resulta da combinação de queda consistente nos custos, produção em grande escala, cadeias industriais bem estruturadas e maior capacidade de integrar essas fontes aos sistemas elétricos. A transição energética, portanto, deixou de ser apenas um discurso ambiental e passou a ser uma realidade econômica, tecnológica e estratégica, com impactos diretos sobre segurança energética e desenvolvimento.

Esse avanço observado no setor elétrico global também revela uma mudança menos visível, mas igualmente relevante: o deslocamento do centro da inovação. Se antes o foco estava em novas tecnologias, hoje ele se volta para infraestrutura, regulação e governança. Produzir eletricidade limpa já não é o principal desafio; o desafio agora é integrá-la de forma confiável, acessível e eficiente às economias nacionais.

O artigo da *Science* destaca também o papel decisivo das cadeias globais de produção, especialmente a liderança da China na fabricação de painéis solares, turbinas eólicas e baterias. Esse domínio industrial reduziu custos em escala mundial e acelerou a adoção das fontes renováveis, inclusive em países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que trouxe novas questões geopolíticas ligadas à dependência tecnológica e à segurança das cadeias de suprimento.

Apesar do avanço expressivo, o próprio artigo reconhece que a transição energética ainda está longe de concluir. O uso do carvão persiste em diversas regiões, as redes elétricas precisam de grandes investimentos para lidar com fontes intermitentes e o ritmo da transição varia significativamente entre países. Ainda assim, o recado central é inequívoco: o crescimento das energias renováveis não é mais uma aposta de futuro, mas uma tendência estrutural já em curso.

Para o Brasil, essa constatação traz tanto conforto quanto desafio. O país parte de uma posição relativamente privilegiada, com uma matriz elétrica majoritariamente limpa, sustentada por hidrelétricas e, cada vez mais, por solar e eólica. No entanto, a rápida expansão de fontes intermitentes, concentrada em algumas regiões, já provoca momentos de excesso de oferta, com cortes de geração e desperdício de energia.

Somam-se a isso gargalos na transmissão e dificuldades de integração entre áreas produtoras e grandes centros de consumo, deixando claro que ampliar a geração limpa, embora essencial, não é suficiente sem investimentos proporcionais em redes, armazenamento e planejamento. Ao mesmo tempo, grande parte das emissões brasileiras está fora do setor elétrico, concentrada no transporte, na indústria, no uso da terra e nos sistemas produtivos.

É nesse ponto que o Brasil pode contribuir de forma decisiva para a transição energética. Enquanto grande parte do mundo acelera a eletrificação com base em solar e eólica, o país dispõe de uma vantagem comparativa singular: a capacidade de produzir bioenergias sustentáveis em escala, apoiada em uma base agrícola diversa e em tecnologias consolidadas. Biogás, biometano e biocombustíveis avançados são essenciais para descarbonizar setores onde a eletrificação é limitada ou inviável.

A transição energética brasileira, portanto, não será uma simples reprodução do modelo observado em outras regiões. Ela precisa ser pensada como um processo integrado, que combine eletricidade limpa com o uso inteligente da biomassa, conectando energia, agricultura, indústria e desenvolvimento territorial. Mais do que acompanhar a tendência global, o Brasil tem a oportunidade de oferecer uma contribuição própria, baseada em soluções tropicais, inclusivas e sustentáveis.

O avanço destacado pela *Science* é um marco da transição energética global. Para o Brasil, porém, ele deve ser visto menos como ponto de chegada e mais como convite à ampliação da ambição. O desafio não é apenas acelerar a eletrificação, mas integrar eletricidade limpa, bioenergia sustentável e uso inteligente da terra, transformando a diversidade energética do país em vantagem estratégica de longo prazo.

de influências de potências extrarregionais, uma clara — mesmo que velada — referência à China e, em menor medida, à Rússia.

Segundo essa perspectiva, os países latino-americanos não mais deverão apresentar políticas de cunho autônomo, devendo aceitar a subserviência aos ditames e interesses de Washington. Desse modo, os chefes de Estado que aceitarem essa imposição seriam recompensados pelo governo dos Estados Unidos.

Ademais, frisa-se que os recursos naturais do subcontinente deverão servir para abastecer a economia e as Forças Armadas estadunidenses, amalgamando conveniências geoeconômicas e geopolíticas. Por certo, quando Marco Rubio, secretário de Estado de Trump, afirma que o interesse dos Estados Unidos no petróleo venezuelano é no sentido de evitar que esses hidrocarbonetos estejam em posse de chineses e russos, materializam-se os princípios elaborados na Estratégia Nacional de Segurança.

Resta saber, agora, quais serão os desdobramentos da transparência das ações imperialistas de Donald Trump. Ocorre que a hegemonia estadunidense só pôde se consolidar ao longo da história também porque aprendeu a parecer mais branda e palatável, diferentemente do que propõe Trump.

Imposições draconianas tendem a gerar mais rejeição e resistência, o que poderia aumentar os custos econômicos e políticos para a viabilização do Corolário Trump. Mesmo que hoje as possibilidades de oposição dos países latino-americanos sejam aparentemente remotas, o tempo poderá ser um aliado para todos aqueles que desejarem que o subcontinente seja livre das iniciativas imperialistas de Donald Trump.